

Permanências e persistências da territorialização Luso-brasileira em Vitória, Espírito Santo, Brasil. O “Quarteirão da Muniz Freire” como sedimento patrimonial

Vera Lúcia Vieira Lima

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFES

<https://orcid.org/0000-0003-2997-7774>

E-mail: vera.lima@edu.ufes.br

Renata Hermann de Almeida

Professora Doutora Titular, Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – DAU/PPGAU/UFES.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-6665>

E-mail: renatahermann@gmail.com

Resumo: Por aproximadamente trezentos anos, a instalação luso-brasileira se estabelece de maneira dispersa e, com exceções, até o século XVIII implementou modelos e padrões de ocupação territorial da terra de origem. Nesse contexto histórico, a Vila de Nossa Senhora da Vitória, instalada em 1551, situa-se entre as mais antigas do país. Correspondente ao contemporâneo centro histórico de Vitória, o “núcleo fundacional” permanece e persiste, com perdas como sedimento patrimonial. Visando a interpretação, adota-se uma dupla narrativa, histórico-estrutural e morfotipológica, com aplicação no “Quarteirão da Muniz Freire”. Para tanto, realiza-se o reconhecimento de configurações identitárias do ciclo de territorialização luso-brasileiro e a representação de seu “morfotipo urbano”, com a leitura da área de estudo, o levantamento de dados e a verificação de documentação textual e iconográfica histórica. O resultado, o reconhecimento de sua condição singular e de sua “coerência orgânica”, consubstancia o “Quarteirão da Muniz Freire” como obra de arte a ser mantida por sua significância ímpar.

Palavras-chave: Territorialização; Quarteirão urbano; Patrimônio; Matriz luso-brasileira; Vitória – Espírito Santo.

Permanence and persistence of Luso-Brazilian territorialization in Vitória, Espírito Santo, Brazil. The “Muniz Freire Block” as a heritage sediment

Abstract: For approximately three hundred years, the Luso-Brazilian settlement was dispersed and, with exceptions, implemented models and patterns of territorial occupation of the land of origin until the eighteenth century. In this historical context, the Vila de Nossa Senhora da Vitória, established in 1551, is among the oldest in the country. Corresponding to the contemporary historic center of Vitória, the “foundational nucleus” remains and persists, with losses as a heritage sediment. For interpretation, a dual narrative—historical-structural and morphotypological—is adopted, with application to the “Muniz Freire Quarter.” To this end, the identity configurations of the Luso-Brazilian territorialization cycle and the

representation of its "urban morphotype" are recognized, through the analysis of the study area, data collection, and verification of historical textual and iconographic documentation. The result, the recognition of its singular condition and its "organic coherence", substantiates the "Muniz Freire Block" as a work of art to be maintained for its unique significance.

Keywords: Territorialization; Urban block; Patrimony; Portuguese-brazilian matrix; Vitória – Espírito Santo.

Texto recebido em: 12/11/2024

Texto aprovado em: 01/08/2025

Introdução

A multidimensionalidade da identidade brasileira se constitui na duração histórica por processos de hibridização, dentre os quais os étnicos e sociais; nos primórdios o indígena nativo, o português e o negro-africano. Posteriormente, no século XIX, o imigrante europeu. Por sua longa temporalidade, portanto, pode-se considerar força constitutiva da composição sociocultural da territorialização luso-brasileira

A Coroa Portuguesa, por meio de seus representantes e suas instituições governamentais e religiosas, chega no século XVI instalando assentamentos provisórios, mas constituintes de uma gênese do que se conforma como vilas e cidades brasileiras a partir do século seguinte, sobretudo. Prioritária e estratégica por cerca de trezentos anos, a ação colonizadora se estabelece em núcleos posicionados de maneira dispersa junto à costa litorânea e em áreas de interior territorial promovida pela instalação de sedimentos arquitetônicos vinculados à produção agrária como fazendas e engenhos. Com poucas exceções, até o início do século XVIII, o traçado urbano decorre do "processo de edificar alinhado com o processo de consolidar a territorialidade", condição ampliada com a participação de engenheiros militares e o início da concepção do espaço urbano partindo de um "plano e princípios geométricos" (Santos, 2015, p. 73). Pode-se dizer, no período, foram experimentados modelos e padrões de ocupação do território oriundos da terra de origem, empregados com adaptações consequentes dos condicionantes ambientais, socioeconômicos e técnico-materiais locais. Permanências e persistências da territorialização Luso-brasileira em Vitória

Nesse contexto histórico, a Vila de Nossa Senhora da Vitória é instalada no ano de 1551, situando-se entre as mais antigas do país, junto com as de Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565). Correspondente ao contemporâneo centro histórico da capital do estado do

Espírito Santo, não obstante perdas significativas, em Vitória, o “núcleo fundacional” permanece e persiste como sedimento material de valor patrimonial. Esta condição incita a investigação do processo de constituição dos sedimentos materiais - invariantes estruturais - indicadores da fase luso-brasileira do ciclo de territorialização de Vitória. Para tanto, a investigação tem como recorte espacial o “Quarteirão da Muniz Freire”, situado na porção elevada do sítio de assentamento inicial.

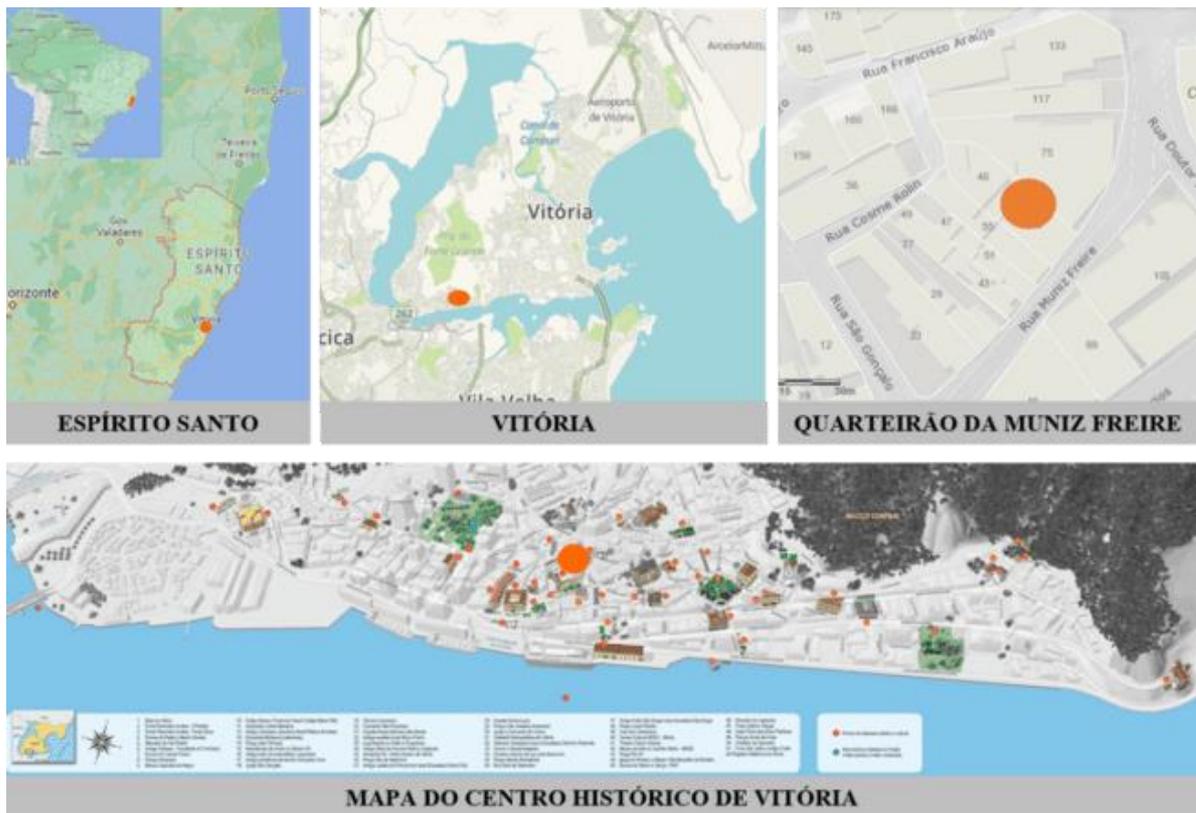


Figura 1 – Montagem - Localização geográfica do “Quarteirão da Muniz Freire.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de imagens disponíveis do Google Earth, Waze e site da Prefeitura Municipal de Vitória (<https://earth.google.com/web/>; <https://www.waze.com/pt-BR/live-map/>; <https://www.vitoria.es.gov.br/cdtiv/visitar-centro-historico>).

A escolha do referido quarteirão como objeto de estudo se justifica por sua recorrente presença nas representações cartográficas que documentam a vila a partir do século XVIII, com destaque para sua localização no núcleo urbano. Situado em área elevada e protegida por sua conformação hidrogeomorfológica territorial, o quarteirão evidencia não apenas sua relevância na organização espacial da vila, mas também sua centralidade no processo de ocupação e estruturação do núcleo urbano original. Localizado na colina histórica, nas

proximidades de marcos fundacionais da vila luso-brasileira, mantém importância também na contemporaneidade. Além de abrigar edificações de valor histórico, sua ampla extensão territorial o torna uma unidade representativa para a análise das permanências e transformações do tecido urbano ao longo do tempo (Figura 1).

Para o estudo do “Quarteirão da Muniz Freire”, aplica-se a representação morfotipológica, a qual “interpreta e representa as características dos sistemas territoriais em contínua evolução/transformação, por meio da definição de suas contribuições espaciais. Inclui a morfologia urbana (uma forma específica) e a tipologia (a repetição da forma) (Poli, 2017, p. 2, tradução nossa). A autora citada, Daniela Poli, estabelece quatro morfotipos, sendo o urbano o adotado no estudo de caso. O morfotipo urbano expressa as relações entre edifícios, logradouros, praças, ruas e parcelamento, condição reconhecida no quarteirão por meio de levantamento de dados, verificação da documentação e interpretação da iconografia histórica. Em sua abrangência, o quarteirão representa fragmento urbano exemplar e representacional do ambiente construído no núcleo primário de ocupação territorial. O resultado, o reconhecimento de sua condição singular e genuína e de sua “coerência orgânica”, consubstancia a consideração do “Quarteirão da Muniz Freire” como obra de arte, constituída ao longo de sua territorialização, a ser mantida e valorada como sedimento patrimonial de caráter identitário.

Territorialização, Patrimônio e Valores do Território

Entende-se por territorialização o processo em que as civilizações se relacionam com o território. Para compreender a identidade territorial, Alberto Magnaghi (2017) propõe uma análise histórica das transformações, buscando identificar práticas passadas que promoveram relações prósperas entre comunidade e ambiente, a fim de inspirar intervenções. De acordo com o autor, fundador da Escola Territorialista Italiana, os ciclos de vida territorial incluem nascimento, crescimento, decadência, morte e renascimento, refletindo as sucessivas sociedades que ocupam esse território. Como o renascimento sucede, no mesmo ambiente físico do ciclo precedente, o estágio subsequente emprega práticas singulares, mas também conserva e reinventa sedimentos herdados do ciclo precedente.

Magnaghi adota, em sua abordagem territorialista, o método do ciclo — territorialização, desterritorialização e reterritorialização —, que articula as fases de desenvolvimento, ruptura e reconfiguração dos arranjos socioespaciais (Magnaghi, 2001). Nessa perspectiva, o patrimônio territorial é constituído por processos coevolutivos entre os ambientes físico, construído e antrópico, que moldam a identidade dos lugares. Para Magnaghi, trata-se da “[...]síntese das análises dos processos de territorialização, formados por sedimentos cognitivos, que constituem o milieu, e sedimentos materiais, que caracterizam o tipo territorial e a paisagem” (Patri_Lab, 2019, p. 16). Assim, mesmo diante das transformações contínuas é possível reconhecer morfotipos territoriais duradouros — compostos por sedimentos materiais e cognitivos — que expressam permanências e persistências com valor identitário.

No contexto da territorialização luso-brasileira, Manuel Teixeira (2012) observa que as cidades fundadas no período compartilham traços recorrentes: heranças culturais, estruturação dos núcleos urbanos, elementos estruturantes definidores dos traçados, função das praças e padrões de quarteirão e loteamento. Apesar das transformações ao longo do tempo, esses assentamentos mantêm características consideradas permanentes do urbanismo português, resultantes da articulação entre fatores culturais — sociais, políticos, morais, religiosos — e aspectos físicos do sítio. Teixeira destaca ainda que essas cidades se distinguem pela forma como integram os elementos naturais do sítio. Mesmo em projetos de geometria regular, havia preocupação em adaptar o traçado ao relevo e às preexistências. Isso se evidencia, por exemplo, na hierarquização espacial dos edifícios públicos, com maior concentração de poder civil e religioso nas áreas elevadas (cidade alta) e funções comerciais e marítimas nas zonas baixas.

Costa Lobo e Simões Júnior (2012) complementam essa leitura ao apontar que vilas fundadas em colinas, como Vitória, embora originadas de contextos distintos, compartilham características morfológicas comuns: traçado adaptado ao terreno, Rua Direita como eixo estruturador, hierarquia das vias conforme o declive e alinhamento das edificações — exceto aquelas de caráter simbólico, que ocupam locais destacados. Já Reis Filho (2000), reforça essa perspectiva ao destacar que a adaptação ao relevo nas primeiras vilas gerou lotes e quadras com dimensões variadas. As edificações eram alinhadas às ruas, com fachadas voltadas ao

espaço público e quintais para o interior dos lotes. Predominavam telhados de duas águas voltados para frente e fundos, conforme a topografia e as necessidades funcionais.

A reflexão, neste momento, volta-se aos conceitos de permanência e persistência no território urbano. No contexto latino-americano, Marina Waisman discute essas noções, juntamente com a perda identitária, oferecendo para a análise das transformações urbanas entre o moderno, o pós-moderno e o antigo. Sua abordagem destaca a ruptura com o passado e o entusiasmo pelo novo como expressões de progresso, o que dificulta a preservação da continuidade histórica. Segundo Waisman (2013), a associação das origens humildes das cidades à pobreza reforça desejos de ascensão social, influenciando decisões que desvalorizam as pré-existências e comprometem a memória urbana. Em outra obra, a autora (1991) propõe a distinção, conceitualmente, entre elementos persistentes, integrados e divergentes vinculados, respectivamente, à continuidade, renovação e ruptura com a tradição histórico-arquitetônica. Para a autora, os elementos persistentes expressam aproximação com a tradição, enquanto os integrados e divergentes denotam esforços de transformação ou inovação.

Sergio Proença (2014) aprofunda esses conceitos ao empregar a noção de “elementos persistentes” no estudo da forma urbana portuguesa. Para o autor a forma urbana como condensação de ações ao longo do tempo expressa a “[...] permanência de traços antecedentes, que correspondem a uma herança morfológica que atesta a resistência do objecto urbano à transformação [...]” (Proença, 2014, p.33). Essa persistência é mais visível em traçados de ruas e limites parcelários do que em edificações, sendo muitas vezes difícil de datar. Por isso, o autor recomenda a combinação de diferentes fontes, como bibliografia, cartografia e iconografia histórica, além de registros cadastrais. Por sua vez, Rui Justo (2014), ao analisar os tempos da cidade e a evolução de seus elementos morfológicos — rua, praça, parcela, edifício e quarteirão —, identifica o quarteirão, dentre eles, como o que melhor espelha a dinâmica de mudança urbana, dada sua natureza privada. Uma leitura evolutiva permite distinguir elementos primários relacionados origem, transformações e permanências do tecido urbano.

Quanto às permanências, persistências e perdas com valor identitário, a metodologia da Escola Territorialista Italiana propõe um movimento metodológico direcionado à representação das formas e tipos estruturais do território. Daniela Poli, estudiosa dessa

Escola, a partir dessa perspectiva, desenvolve estudos voltados à representação e valorização do patrimônio territorial e da paisagem de maneira interativa. Segundo Poli (2017), os morfotipos, presentes nos esquemas elaborados pela escola territorialista, compreendem: urbanos (relações morfotipológicas entre edifícios, ruas, praças etc); de assentamento (relações morfotipológicas entre núcleos urbanos, infraestrutura e contexto geofísico); rurais (relações entre hidrogeomorfologia, tramas agrofloretais, construções e infraestrutura rurais; ambientais - relações entre hidrogeomorfologia e ecologia). Para a autora, o patrimônio territorial possui tanto valor de existência — voltado à sua fruição presente e futura — quanto valor de uso — relacionado à geração de riqueza sustentável. Assim, para ações de transformação no território, é necessária a avaliação, em totalidade, dos elementos patrimoniais, para equilibrar seus efeitos e afastar a possibilidade de sua destruição. A autora reforça que a identificação desses valores requer conhecimento profundo e coletivo: “Portanto, um conhecimento profundo coletivo contribui significativamente para preservar a nossa memória identitária e fortalecer os valores de existência e proteção [...]” (Poli, 2017, p.164).

Os conceitos apresentados reforçam a compreensão do território como base para identificar e representar suas especificidades. Aplicando a abordagem territorialista italiana, o estudo do “Quarteirão da Muniz Freire” adota duas narrativas complementares: a histórico-estrutural, que investiga os processos de territorialização e suas transformações; e a morfotipológica, que examina o morfotipo urbano para identificar permanências, persistências e perdas de elementos da matriz luso-brasileira na cidade de Vitória.

Narrativas representacionais do “Quarteirão da Muniz Freire”

Narrativa histórico-estrutural

Utiliza-se como ferramenta para a abordagem histórico-estrutural o estudo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, segundo Magnaghi. O “Quarteirão da Muniz Freire” é um fragmento urbano do centro histórico da cidade de Vitória, a partir do qual, em perspectiva histórica, evidenciam-se sete fases do processo de sua territorialização: 1) instalação da fazenda de Duarte Lemos (primeira metade século XVI); 2) fundação da vila (segunda metade século XVI); 3) consolidação do “núcleo

fundacional” (século XVIII); 4) extensão urbana (século XIX); 5) modernização urbana (primeira metade do século XX); 6) proteção patrimonial (último quarto século XX); 7) modificação social e funcional (último quarto século XX - XXI). Em cada fase, são consideradas as seguintes dimensões: a) ambiente físico (hidrogeomorfologia); b) ambiente construído (edificação, rua, quarteirão, lote, área livre), c) ambiente antrópico (atores religiosos, sociais, econômicos e políticos).

No contexto histórico, o estímulo ao povoamento do território brasileiro se dá a partir da quarta década do século XVI, com o sistema de divisão do território em capitânicas doadas para exploração persistente até o século XVIII. Embora algumas capitânicas não tenham efetivado a ocupação, o Espírito Santo integra o grupo de povoamento iniciado nesse projeto (Andrade, 2004), efetivado com a adoção das estratégias portuguesas de conquista e povoação, decorrentes da doação de terras a Vasco Fernandes Coutinho, em 1534.

Os três primeiros séculos da capitania são marcados por tentativas de colonização dificultadas por condicionantes políticos e econômicos (Oliveira, 2008), e por pressões decorrentes da atuação dos indígenas originais, dentre eles Aimorés e Botocudos, na defesa do seu território (Campos Junior, 1996). Vale ressaltar, a capitania só apresenta certo desenvolvimento econômico no final do século XVI, com povoamento e domínio ainda tímidos (Moraes, 2000). Vasco Coutinho chega à capitania em 1535, onde instala a sede, à época denominada Vila do Espírito Santo, atual núcleo histórico de Vila Velha. Fatores diversos, entre os quais dificuldades defensivas, impulsionam, em 1550, a transferência da sede da capitania para a Ilha de Santo Antônio, posteriormente denominada Vila da Vitória, atual área da colina histórica da cidade de Vitória.

A Ilha de Santo Antônio havia sido doada, em 1537, a Duarte Lemos, colaborador de Vasco Coutinho, com o condicionante de nela não ser edificada uma vila (Oliveira, 2008). Dessa etapa construtiva, permanece a Capela de Santa Luzia, integrante de fazenda instalada por Lemos. Correspondente às primeira e segunda fases da territorialização da capitania - instalação da fazenda e fundação da vila, o processo de assentamento humano conduzido por representantes da administração política da metrópole e por religiosos (os pioneiros jesuítas, os franciscanos, os beneditinos e as carmelitas) tem representação datada de cerca de 1585-1590 (Figura 2), elaborada por Luiz Teixeira com o título “Roteiro de todos os sinaes,

conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”.

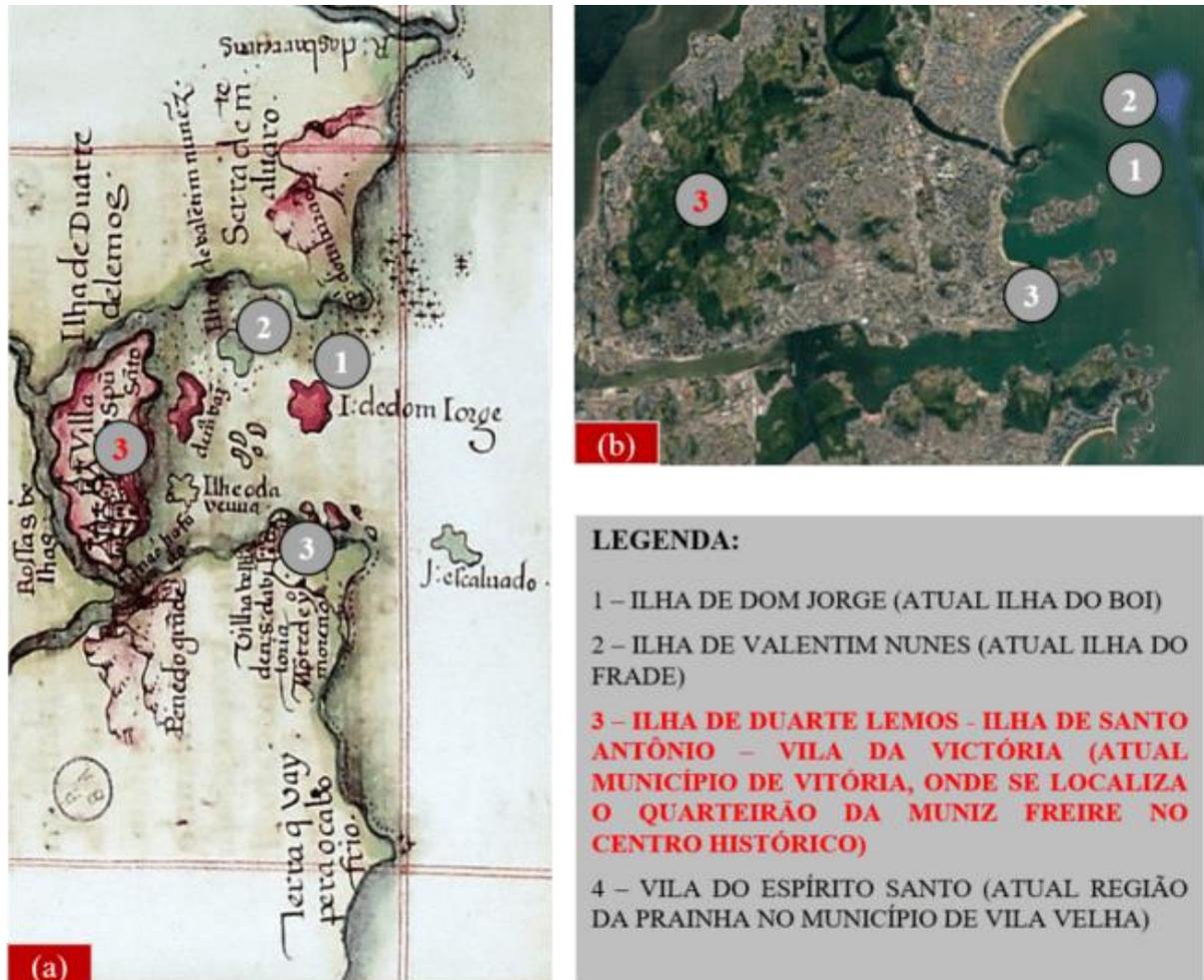


Figura 2 – Montagem - (a) Roteiro de todos os sinais...- Data: ca 1585-1590. (b) Imagem de satélite do Município de Vitória-ES - Datas: 14/05/2004–15/04/2025.

Fonte: (a) Acervo da Biblioteca de Ajuda, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/50mapas/>. Acesso em: 12 abr. 2024. (b) Google Earth Pro. Disponível em: <https://earth.google.com/web>. Acesso em: 10 maio 2025. Nota: Marcações das autoras.

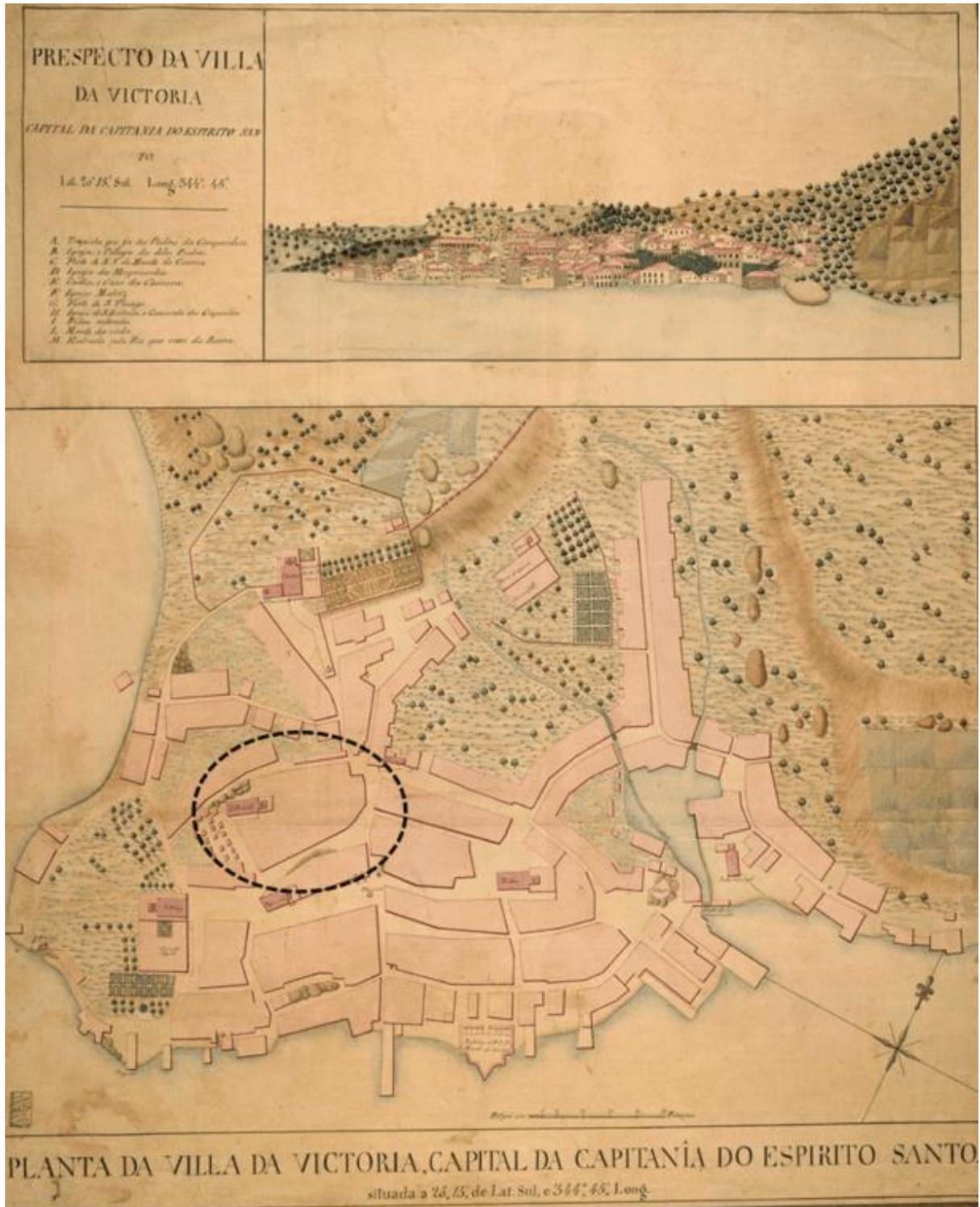


Figura 3 - “Planta e prospecto da Villa da Victoria, Capital da Capitania do Espírito Santo”, 1767, com destaque para o Quarteirão da Muniz Freire (em círculo tracejado).

Fonte: BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. Autor: Caldas, J.A. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530868/cart530868.html. Acesso em: 10 maio 2025. Nota: Destaque das autoras.

Dentre as ordens religiosas, a ação jesuítica é a de maior representatividade na fundação da Vila de Nossa Senhora de Vitória, se considerado o papel exercido na organização social e econômica; em particular na edificação de sedimentos materiais funcionais responsáveis pela produção de alimento em fazendas especializadas na fabricação de farinha de mandioca, criação de gado e produção de açúcar (Oliveira, 2008) e pela promoção de ensinamento e assistência médica praticados no conjunto São Tiago (colégio, residência e igreja), onde exercem a doutrinação de indígenas. Ao serem expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal, a capitania do Espírito Santo conta com cinco aldeamentos dispostos de norte a sul e em áreas interioranas próximas da sede; atualmente correspondentes a sedes municipais.

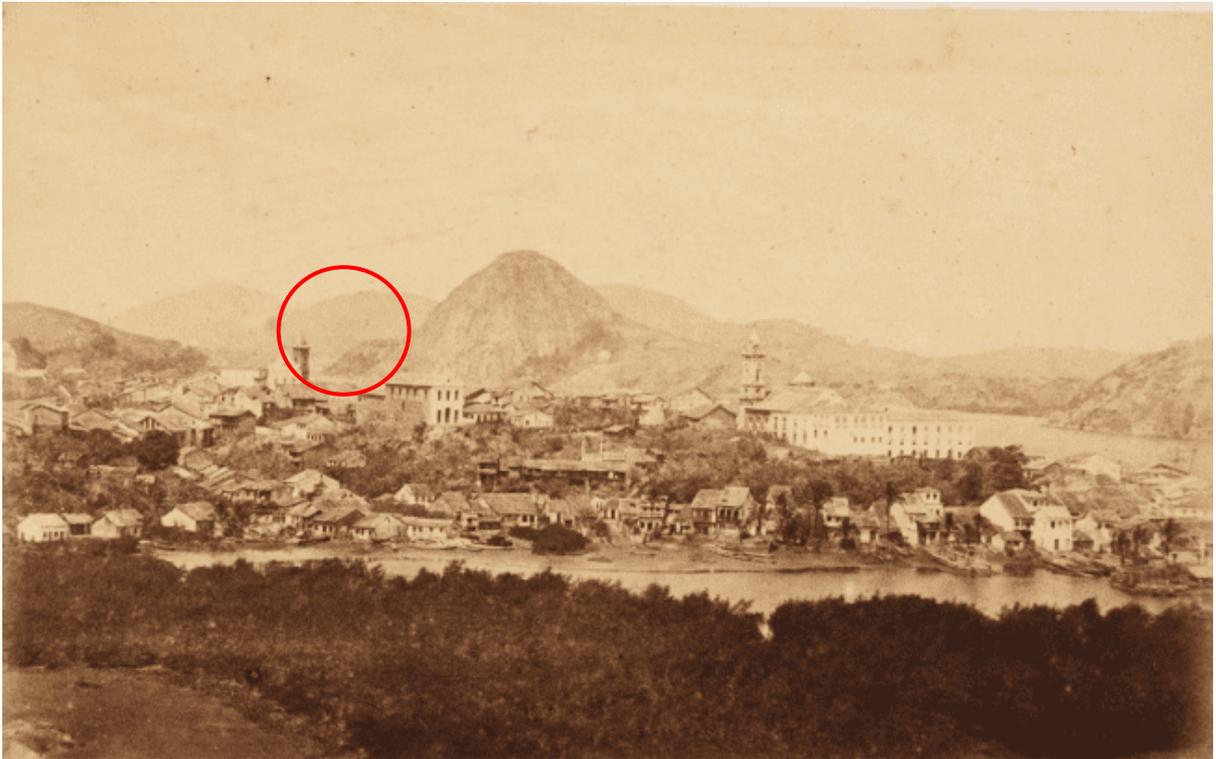


Figura 4 - Vista da Vila de Vitória a partir do Morro de Santa Clara. Data: 1860. Fotografia de Victor Frond, com indicação da região do Quarteirão da Muniz Freire (círculo).

Fonte: Victor Frond, 1860. Imagem digitalizada disponível no portal Brasileira Fotográfica da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/28>. Acesso em: 27 maio 2025. Nota: Destaque das autoras.

Na Vila de Vitória, até o início do século XX, a forma urbana é determinada por limites físicos representados por elementos hidrogeomorfológicos como as águas da baía,

áreas alagadiças e o maciço central. O relevo e a cobertura vegetal da Mata Atlântica (Figura 3), desempenharam papel primordial na escolha do assentamento da vila. De casario em fileira, ruas e ladeiras estreitas, no século XIX, a cidade de Vitória concentra o convívio social em praças, chafarizes e igrejas; e econômico, em áreas e edificações vinculadas às incipientes atividades comerciais, posicionadas junto à borda da Baía de Vitória.

Imagens fotográficas de meados do século XIX, de autoria de Victor Frond, revelam um terceiro ciclo de territorialização de Vitória, em particular de sua colina histórica, discretamente sobrelevada, a igreja matriz. Em conjunto, o sedimento construído reproduz o perfil topográfico do sítio, alterado para o ajuste da implantação das edificações “ordinárias”. Densificação construtiva e diversificação funcional marcam um ciclo de discreta, mas verificável, expansão da ação edificatória por ocupação de áreas de baixos e faixas de terra situadas junto à baía, especializadas em atividades de caráter comercial mercantil, conquistadas por aterramento junto ao sopé do maciço central (Figura 4).



Figura 5 - Planta da Cidade de Victoria, 1873, com destaque para o Quarteirão da Muniz Freire (em círculo tracejado).

Fonte: BRASIL. Acervo Biblioteca Nacional Digital. Autor: desconhecido. Nota: Destaque das autoras.

Com o enfraquecimento do ciclo do ouro e a redução das invasões estrangeiras, a dinâmica urbana passa a se concentrar com mais intensidade no entorno do porto, que se consolida como ponto estratégico para o comércio e a integração regional. Esse movimento contribui para aumento das atividades econômicas na área, mesmo diante da persistência de

uma infraestrutura urbana limitada. Até o final do século XIX, os serviços básicos – como abastecimento de água, saneamento, iluminação pública e transporte – permanecem incipientes, e o ordenamento urbano ainda carece de diretrizes claras (Figuras 5 e 6). (Pegoretti; Torezani, 2019).

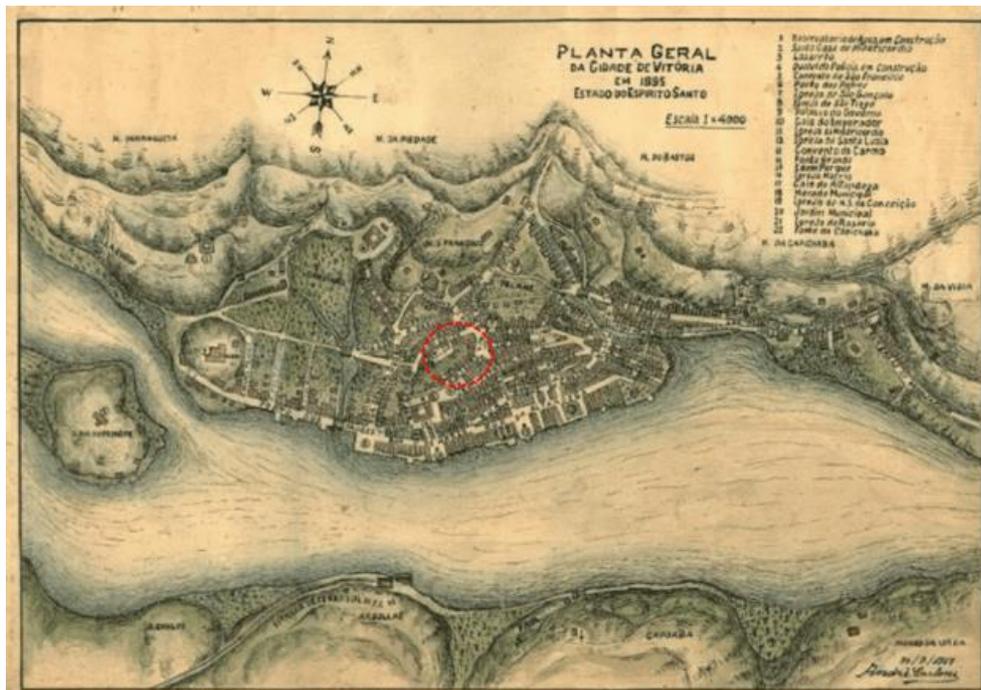


Figura 6 - “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895”, com destaque para o Quarteirão da Muniz Freire (em círculo tracejado).

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/ES. **Autor:** André Carloni, em 1967. **Nota:** Destaque das autoras.

Enfrentam-se problemas nos governos republicanos iniciais, devido à conjuntura financeira encontrada na esfera estadual e tensões políticas na esfera federal. Superadas as primeiras, a administração de José de Melo Carvalho Muniz Freire (1892-1896; 1900-1904) instala políticas urbanizadoras para tornar Vitória centro comercial. As adversidades econômicas enfrentadas no século XIX são minimizadas a partir da primeira década do século XX, com ampliação de áreas de cultivo de cafezais e subsequente modernização de instalações e infraestruturas de deslocamento e exportação da produção cafeeira, principal fonte de recursos públicos. No governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), as atenções se voltam para a urbanização de espaços urbanos centrais e implantação de empreendimentos comerciais de expressão (Campos Junior, 1996).

Nesse contexto, as primeiras quatro décadas do século XX foram marcadas por ações modernizadoras associadas a discursos sanitaristas, de embelezamento urbano e de melhoria da fluidez viária. Tais intervenções resultaram na retificação e ampliação de vias e travessas, aterramentos, construção de armazéns portuários, demolição de edificações e/ou alterações estético-formais, bem como na implantação de escadarias que conectavam as duas áreas da ocupação identificada de matriz portuguesa: a cidade baixa — voltada às atividades comerciais e de serviços — e a cidade alta — destinada às funções político-administrativas, religiosas e habitacionais.

No contexto dessa modernização, observa-se que, na primeira metade do século XX, a feição arquitetônica consolidada ao longo de três séculos foi substituída por outra de caráter historicista, de nítida matriz européia, configurando o conjunto urbano posteriormente identificado como “cidade presépio” (Figura 7).

A recusa da cidade “velha” — densa, escura e simbolicamente associada a um passado a ser superado — inicia, a partir da década de 1950, um processo de desterritorialização ampliado e prolongado até a década de 1980. Esse processo culmina com a construção da última edificação junto à “porta sul” da cidade, localizada no início da via que, no século XVI, correspondia à linha d’água limítrofe da Vila de Nossa Senhora da Vitória.

Apesar disso, as transformações ocorridas na configuração urbana implicaram perdas relativamente restritas na morfotipologia vinculada ao traçado de quarteirões e ruas. Situação distinta, no entanto, é observada no remembramento de lotes, associado à verticalização das edificações, que teve impacto direto, sobretudo na cidade alta. A construção em altura alterou significativamente a escala do ambiente urbanístico, acarretando a perda de valiosos sedimentos arquitetônicos, reconhecidos como expressões materiais de permanências e persistências dos ciclos anteriores de territorialização.



Figura 7 - Planta integrante do Plano de urbanização de Vitória, 1946, com destaque para o Quarteirão da Muniz Freire (em círculo tracejado).

Fonte: Acervo Prefeitura municipal de Vitória/ES. Autor: Alfred Agache. Disponível em: <https://atlasurbanistico.com.br/plano/1946/>. Acesso em: 12 dez. 2024. Nota: Destaque das autoras.

As dinâmicas de transformação, orientadas pela lógica mercantil do capital imobiliário, passaram a concentrar-se em áreas de maior atratividade econômica, situadas ao nordeste do “centro antigo”. As perdas e substituições do patrimônio edificado provocaram, embora tardiamente, a mobilização de ações de proteção institucionalizadas, iniciadas pelos governos estadual e municipal no início da década de 1980.

Narrativa morfotipológica

Originalmente implantada em platô elevado, junto à Baía de Vitória, a Vila de Vitória apresentava configuração formal singular, delineada por traçado marcado por irregularidade de ruas, travessas e escadas estreitas e diminutos largos. Posicionados em consonância com as limitações da área edificável e adaptadas ao perfil planialtimétrico do

relevo original, as construções constituintes do tecido “ordinário” foram realizadas de maneira a serem “acomodadas” às particularidades do território físico. Expressão desse modo de construir, os quarteirões, de dimensões e formas variadas, são densos, com parcelário delineado por lotes estreitos e profundos, ocupados por edifícios implantados no modo tradicional luso, sobre limites laterais e testada frontal do lote.

As fachadas, elemento mínimo da composição morfológica, são singelas e diferenciadas por elementos de composição expressiva do poder financeiro de seus proprietários. Térreas ou assobradadas, ao fundo, são seguidas por áreas livres denominadas quintais. Destacadas funcional e esteticamente, as igrejas, pontuaram o perfil irregular do conjunto edificado. E, como as demais áreas da cidade, reproduz um padrão luso de construir vilas e cidades no Brasil. Para Santos (2015),

Tais cidades são muito mais significativas do que a maioria das regulares e retilíneas que construímos depois da independência [...]. É que, naquela aparente desordem que leva a admitir, (...), a inexistência de um traçado prévio ou de uma ideia diretriz, existe uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuidade. (Santos, 2015, p.20).

Para análise morfotipológica do “Quarteirão da Muniz Freire, utiliza-se como base as cartografias históricas, fotografias e observações “in loco” nos dias atuais. Vale ressaltar que, para um período de quase 300 anos, a iconografia colonial há carência de fontes. Assim, a cartografia selecionada como base para elaboração de “redesenho” compreende as plantas da cidade de Vitória, datadas de 1767, 1873 e 1895 e os levantamentos cadastrais de 1946 e 2007. As plantas de 1767 e 1873 não representam o parcelamento e as edificações, mas indicam a forma dos quarteirões, identificam os arruamentos e edifícios localizados em pontos estratégicos que são sedes do poder civil e religioso. Enquanto, a de 1895, como as anteriores, ainda não mostra o parcelamento, mas, apresenta as edificações, as formas dos quarteirões, identifica os arruamentos e a cobertura vegetal. Os levantamentos cadastrais se apresentam de forma mais completa, com parcelamento, arruamento e edificações.

Observa-se que o quarteirão, como a maioria dos demais no sítio, apresenta forma geométrica irregular, devido à característica topográfica. Inicialmente incorporando a área da Igreja São Gonçalo, revelando-se de forma ampliada unificada, em 1767.

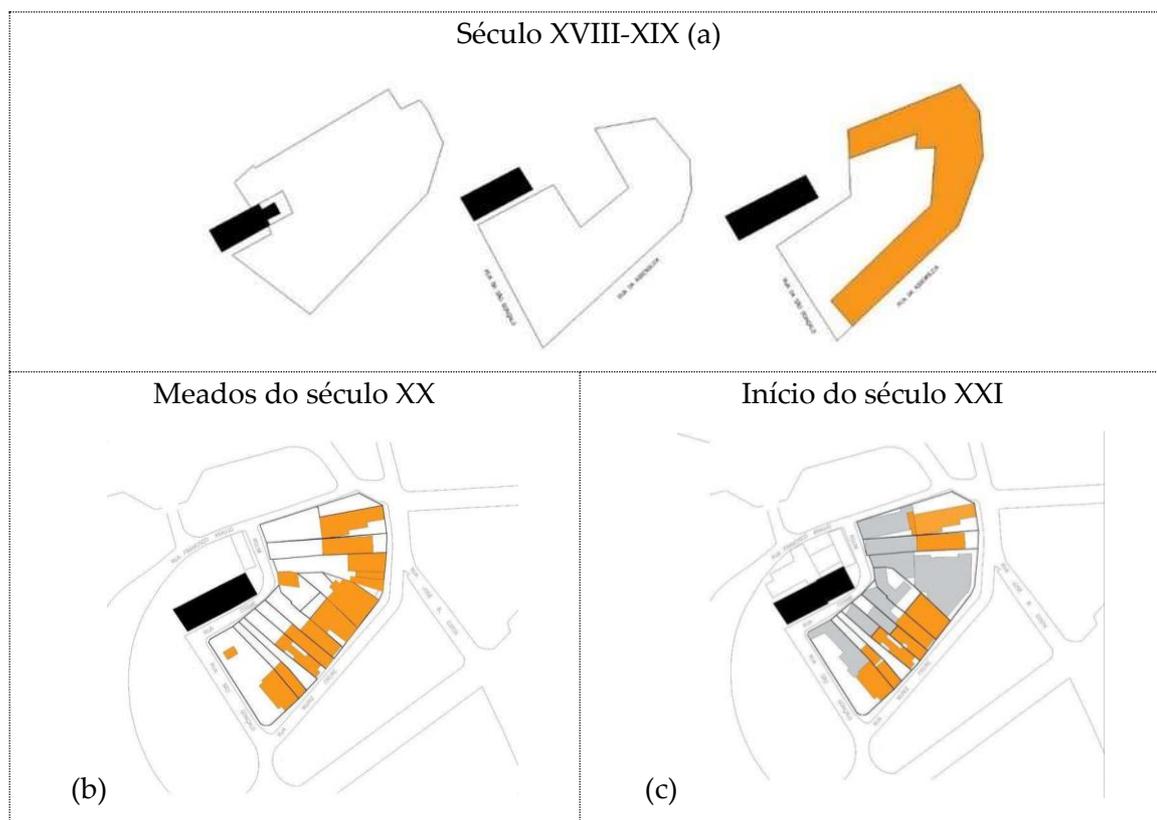


Figura 8 – Redesenho do “Quartirão da Muniz Freire” (análises cartografias), com destaque, em preto, para a Igreja São Gonçalo, e em amarelo para as edificações implantadas à época e em cinza para edificações acrescidas em relação a cartografia anterior.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entretanto, em 1873, há uma dissociação do edifício religioso e também uma exclusão de pequena parte de sua área, que sugere a configuração de um vazio centralizado na parte posterior à rua principal, rua da Assembleia, à época. Elton (1986), permite identificar a toponímia referente a Rua da Assembleia, atual Rua Muniz Freire. Conforme uso português, as vias mais importantes nos períodos colonial e imperial recebem nomes que remetem ao local ou à atividade lá exercida.

Observa-se, portanto, que as duas vias principais do quartirão em estudo (rua São Gonçalo e rua da Assembleia), nomeadas no mapa de 1873, remetem aos dois edifícios de uso relevante para a dinâmica urbana da cidade: a Igreja São Gonçalo (considerada uma das mais antigas edificações coloniais de Vitória - séc. XVIII) e a sede da Assembleia Legislativa (localizada lateralmente à rua da Assembleia). É possível identificar, na cartografia de 1895, uma linha formada pela repetição de edificações, em conformidade com o passado colonial

da cidade, do lado da rua da Assembleia, atual rua Muniz Freire, implantadas sobre os limites dos lotes, em sua maioria (Figura 8a).

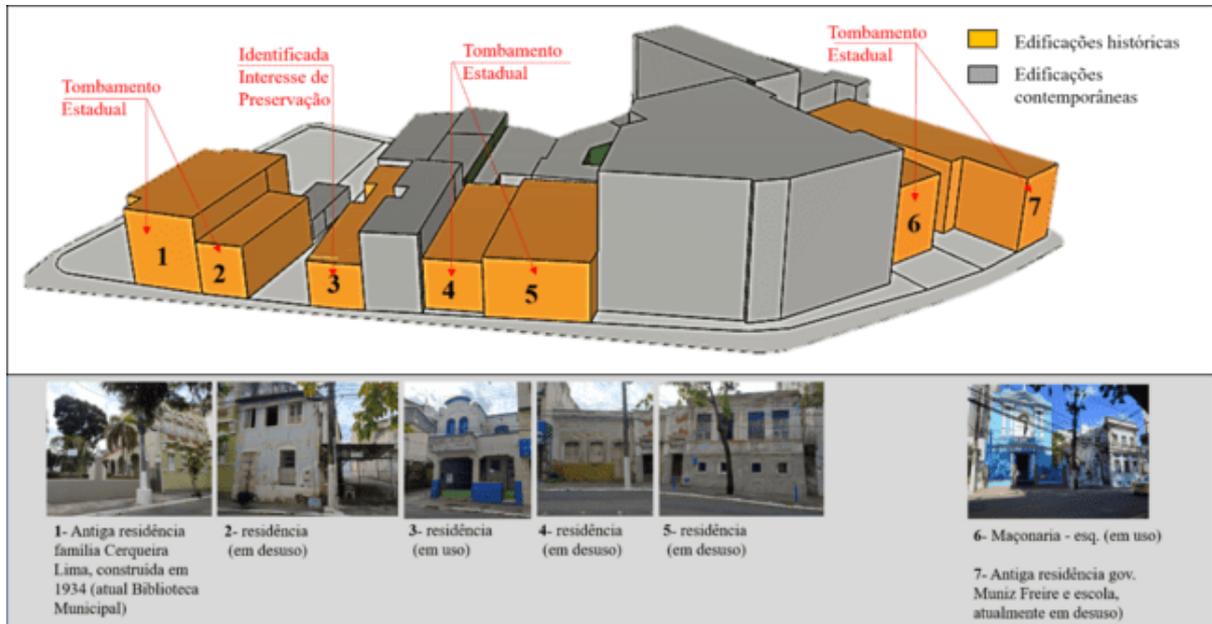


Figura 9 - Volumetria e Imagens fotográficas do “Quarteirão Muniz Freire”, início do século XXI, 2022

Fonte: Elaborado pelas autoras. **Nota:** informações de Edificações de interesse histórico - Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em: <https://geoweb.vitoria.es.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Considerações

A dimensão patrimonial do “Quarteirão da Muniz Freire”

Com a adoção do instituto do tombamento, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Municipal do Plano Diretor de Vitória deram início às primeiras iniciativas voltadas à salvaguarda patrimonial. No entanto, tais ações, embora relevantes, ocorreram à margem da lógica transformadora dominante, o que resultou na formação de “ilhas” de preservação em meio a um território amplamente submetido às dinâmicas do capital. Essa fragmentação revela a persistência de uma dicotomia estrutural entre conservação e transformação, cuja expressão contemporânea é evidenciada na desfuncionalização tanto social quanto econômica do atual bairro Centro da capital Vitória.

O processo de reterritorialização em curso, marcado pelo abandono institucional — promovido por agentes políticos, sociais e econômicos — reforça o ciclo de exclusão do

núcleo fundacional. Nesse contexto, o "Quarteirão da Muniz Freire" emerge como uma materialização simbólica daquilo que outrora foi denominado "cidade presépio. A descaracterização progressiva desse território reflete não apenas o declínio físico, mas também a perda de significados e vínculos identitários coletivos.

No decorrer do ciclo TDR, em duração alargada, é verificada a permanência da camada física do território de implantação do quarteirão, adaptado ao relevo, concernente ao sedimento geomorfológico, e a persistência dos recursos hídricos e conhecimento ambiental, constituintes de seu âmbito patrimonial ambiental que resiste, ainda que vulnerável, à ação do tempo. A camada construída também apresenta permanências identificadas nas narrativas, visíveis nas edificações tombadas e nas persistências da forma urbana, do parcelamento e do traçado viário, características do patrimônio territorial-paisagístico. Contudo, há uma perda expressiva de áreas livres, sobretudo aquelas originalmente situadas nos fundos de lote, comprometendo a lógica ambiental e funcional desses espaços.

No que tange à camada antrópica, observa-se um quarteirão de elevada densidade de ocupação, com diversidade de usos — residencial, institucional, religioso e cultural —, mas marcado pelo esvaziamento econômico progressivo. O uso residencial concentra-se na rua Cosme Rolin, área posterior do quarteirão, enquanto as ruas São Gonçalo e Muniz Freire apresentam coexistência entre usos ativos e edificações em desuso, fenômeno que se intensificou na última década (Figura 11). Essa configuração indica perdas significativas no âmbito do patrimônio socioeconômico do quarteirão, demonstrando um colapso funcional que agrava a fragilização do vínculo entre o espaço e sua comunidade.

Diante desse cenário, evidencia-se a urgência da formulação e implementação de planos integrados de reabilitação urbana. Esses planos devem adotar uma abordagem multidimensional — envolvendo políticas públicas, incentivos econômicos, ações sociais, instrumentos de gestão ambiental e estratégias de ordenamento territorial — capazes de enfrentar as causas estruturais do isolamento funcional e da deterioração física. É fundamental reconhecer que a preservação não pode ser apenas normativa ou estética, mas precisa incorporar mecanismos que garantam vitalidade social e econômica aos bens protegidos, resgatando seu papel como estruturadores da vida urbana. O "Quarteirão da Muniz Freire", nesse sentido, representa não apenas um objeto de preservação material, mas

um campo estratégico para a reconstrução da identidade urbana e o fortalecimento da memória coletiva no centro histórico de Vitória.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. Editora Hucitec: São Paulo, 2004.
- CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. *O novo arrabalde*. PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Vitória, Espírito Santo, BR, 1996.
- COSTA LOBO, M. da; SIMÕES JUNIOR, J. G. (org.). *Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa e IST Press, 2012, p. 437-438. (Coleção Academack; v.14).
- ELTON, E. . *Logradouros antigos em Vitória*. Editora do Instituto Jones dos Santos Neves: Vitória, Espírito Santo, BR, 1986.
- HAESBAERT, R. . *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multi territorialidade*. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, BR, 2004.
- JUSTO, R. . O Diacronimo do tecido: 100 anos do quarteirão do Monumental. Dias Coelho, C. (org.). *O tempo e a forma. Cadernos de morfologia urbana - estudos da cidade portuguesa*, Vol. 2. Editora Argumentum: Lisboa, PT, 2014.
- MAGNAGHI, A. . A história do território na abordagem territorialista do urbanismo e do planejamento. In *Scienze del Territorio. n. 5 Storia del Territorio*. Firenze: Firenze University Press, pp. 32-4, 2017.
- MAGNAGHI, A. . 2001. Una metodologia analitica per la rappresentazione identitaria del territorio. (a cura di), *Rappresentare i luoghi, metodi e tecniche, Alinea, Firenze, pp. 13-51*.
- MORAES, A. C. R. . *Bases da formação territorial do Brasil - o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. Editora HUCITEC: São Paulo, BR, 2000.
- OLIVEIRA, J. A. . *História do Estado do Espírito Santo*. 3a ed. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura: Vitória, Espírito Santo, BR, 2008.
- PAIVA REIS, F. . *Os Mapas do Espírito Santo Colonial*. História da Capitania do Espírito Santo Livro 3. Editora Spirito Sancto: Edição do Kindle.
- PATRI_LAB. *Glossário: Conceitos da Escola Territorialista Italiana*. Org. e Trad. Barcelos, B. et al. DAU/UFES: Vitória, Espírito Santo, BR, 2019.
- PEGORETTI, M. S. ; TOREZANI, C. C. . A forma urbana em perspectiva história: Um olhar a partir da Praça Costa Pereira, Vitória/ES. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – XVI SIMPURB*, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26693>.
- POLI, D. . Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio. In *Scienze del Territorio, Firenze, n. 5, p. 42-53, 2017*. <https://oajournals.fupress.net/index.php/sdt/issue/view/332/22>.

PROENÇA, S. B. . A resistência da forma urbana: A persistência dos traços na forma da cidade. Dias Coelho, C. (org.). *O tempo e a forma. Cadernos de morfologia urbana - estudos da cidade portuguesa*, Vol. 2. Editora Argumentum: Lisboa, PT, 2014.

REIS FILHO, Nestor G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP, 2000.

SANTOS, P. F. . *Formação de cidades no Brasil Colonial*. 3ª ed. Editora UFRJ/Iphan: Rio de Janeiro, BR, 2015.

TEIXEIRA, Manuel C.. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WAISMAN, M. . *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. Editora Perspectiva: São Paulo, BR, 2013.

WAISMAN, M. . *La arquitectura en la era Posmoderna*. Bogotá, Coleção Cuadernos de Arquitectura, n.17. 42p, 1991.

Vera Lúcia Vieira Lima: Doutoranda e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, com ênfase em Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia. Pesquisadora do Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento da UFES, com atuação interdisciplinar nas articulações entre documentação, representação e intervenção patrimonial.

Renata Hermanny de Almeida: Professora Titular do departamento e do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em Teoria e Prática da Conservação e Restauro pela Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento da UFES, com atuação interdisciplinar nas articulações território, patrimônio, território.